



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### **ANEXO II INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

- 01) A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR. Sendo assim, o pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no IMR.
- 02) O Contratante irá monitorar constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções contratuais e legais quando verificar desconformidade na prestação do serviço.
- 03) A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.
- 04) Ocorrerá a glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados esperados, em sua totalidade, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.
- 05) A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:
  - a) Verificação dos prazos de execução.
  - b) Cumprimento de exigências contratuais.
- 06) Os serviços serão avaliados pelo fiscal do contrato que relatará, mensalmente, as irregularidades no Relatório de Ocorrências, conforme Anexo a este Instrumento.
- 07) O fiscal do contrato promoverá a tabulação das ocorrências, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço final dos serviços.
- 08) Terminado o mês de prestação dos serviços, o fiscal do contrato apresentará à contratada até o primeiro dia útil do mês seguinte o Relatório de Ocorrências, que conterá, no mínimo:
  - a) Número do PAD contratual que deu origem ao contrato.
  - b) Número do Contrato.
  - c) Relação de falhas (Tabela 3).
  - d) Quantidade de falhas.
  - e) Percentual de glosa.
- 09) Caso a avaliação não seja concluída até o primeiro dia útil do mês de sua apresentação, considerar-se-á, para efeito de emissão da Nota Fiscal para pagamento, o valor apontado originalmente pelo contratante.
- 10) A contratada poderá apresentar justificativa dos pontos apontados no relatório, a qual será aceita, somente se, comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.
- 11) Caso haja impugnação, o fiscal do contrato avaliará a mesma, devendo apresentar relatório final da avaliação da impugnação com indicação do efetivo valor devido.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 12) Caso a avaliação da impugnação não seja concluída até o dia 15 (quinze) do mês de sua apresentação, considerar-se-á, para efeito de emissão da Nota Fiscal para pagamento, o valor apontado originalmente pelo contratante.
- 13) Caso o resultado da avaliação da impugnação, posteriormente obtido, contemple ajuste de valor em favor da contratada, esta poderá emitir Nota Fiscal complementar e apresentar ao contratante, para pagamento das diferenças.
- 14) Percentuais a serem descontados do pagamento da respectiva Fatura/Nota Fiscal, conforme infrações cometidas, imputados pelo grau contido na Tabela 1, de acordo com a incidência, Tabela 2.
- 15) A contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, e em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 16) A justificativa deverá vir acompanhada de pedido de prorrogação do respectivo prazo, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições da contratação, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração.
- 17) Se o percentual a ser descontado das ocorrências for superior a 10%, além do desconto na fatura, aplicar-se-ão as sanções administrativas previstas no instrumento contratual, além de iniciar o PAD pertinente ao processo administrativo que determinará a sanção cabível.
- 18) A aplicação de índices aos indicadores de qualidade se caracteriza como instrumento de gestão contratual (não se configurando sanção). Dessa forma, nada obsta a Administração aplicar as penalidades previstas em contrato pela qualidade insuficiente de qualquer dos indicadores.

**Tabela 1 – GRAUS**

GRAU 1	GRAU 2	GRAU 3	GRAU 4
0,50%	1,50%	2,50%	3,00%

**Tabela 2 – INCIDÊNCIA**

ITEM 1	ITEM 2	ITEM 3
Por dia de atraso	Por hora ou fração de atraso	Por ocorrência

**Tabela 3 – RELAÇÃO DAS FALHAS**

ITEM	DESCRIÇÃO DAS FALHAS	GRAU	INCID
1	Não atendimento das chamadas para manutenção corretiva, em anos Eleitorais, no prazo máximo de 4 (quatro) horas úteis, contadas do contato feito pelo fiscal da contratação. Prazo para todos os objetos (impressoras a laser).	4	3
2	Não devolução e reinstalação do equipamento removido pela Contratada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis.	3	1
3	Não atendimento das chamadas para manutenção corretiva no prazo máximo de 8 (oito) horas úteis, contadas do contato feito pelo fiscal da contratação. Prazo para todos os objetos (impressoras a laser).	2	3
4	Não fornecimento de material, ferramentas e mão de obra especializada, segundo os critérios técnicos para efetuar reparos,	2	3



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

	ajustes e substituições de peças, quando necessárias, para o perfeito funcionamento dos equipamentos.		
5	Não fornecer aos seus empregados Equipamentos de Proteção Individual (EPI), se for o caso.	2	3
6	Não manter, após a execução dos serviços, as áreas limpas e organizadas.	1	3

